INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHAVIVA
Nº 1384 - 30 de novembro de 2017
·IMPRESSO·

Frente ampla vai defender a Eletrosul

Foi lançada na manhã de segunda-feira, dia 27 de novembro, a Frente Ampla em Defesa da Eletrosul, durante a cerimônia de lançamento da Frente Ampla em Defesa da Soberania Nacional em Santa Catarina, com a presença do senador Roberto Requião e de vários deputados federais e estaduais. As duas frentes contam com mais de 200 assinaturas de parlamentares e seu objetivo é trazer à luz os problemas pelos quais o país vem passando, abrir espaço para que as pessoas falem desses problemas e conscientizar a população. A Frente Ampla, segundo seu maior articulador, o senador Requião, é de "defesa do Brasil, defesa da Fraternidade, defesa da Justiça Social" e um de seus objetivos é reverter o processo de entrega do país através de um referendo revogatório. "Temos que elevar a consciência de que somente com um projeto nacional soberano teremos o país que queremos e isto só acontece com mobilização social, uma revolução cuja arma é o voto e que desague num governo popular de reconstrução nacional." Segundo Requião a frente deve combater "estes sociopatas que estão no poder que querem privatizar, por exemplo, o setor elétrico. Privatizar como? Como em Minas Gerais, onde venderam três hidrelétricas: uma para uma estatal chinesa, outra para estatal italiana e a terceira para uma estatal francesa?'

Para o senador o país vive "um momento de loucura neoliberal onde o capital mundial tenta nos tornar subalternos, um Estado associado dos Estados Unidos, como Porto Rico". Em relação ao setor elétrico o senador lembrou o caso da Califórnia que no final dos anos 90 privatizou o setor e assistiu a uma série de apagões que tiveram sérias repercussões nas vidas das pessoas e da economia daquele estado norte-americano. "Eles agora querem colocar à venda inclusive usinas já amortizadas. Ora, essas usinas, que têm custo zero de produção de energia, serão compradas e os novos donos vão querer fazer render o capital investido e assim o povo vai pagar duas vezes por esta energia, e o pior: sem ver nenhum centavo aplicado na ampliação do sistema. Querem estabelecer o preço da energia por demanda. Esta é a verdadeira loucura de um Estado sociopata". A solução para fazer frente à internacionalização da economia brasileira em curso, segundo Requião, só será possível "através da construção de uma consciência que leve a uma aliança entre o capital produtivo nacional e os trabalhadores". Esta conscientização passa pela desconstrução da "falsa narrativa dos meios de comunicação que age com seletividade criando um biombo que ofusca os entreguistas do país". Requião confessou que não acredita que a solução passe pelo Congresso nacional: "nunca vi parlamento mais despolitizado. É cada um por si, pensando apenas em viabilizar seu mandato, se preservar. Por isso só há uma maneira de reverter esta situação: pensando nas mudanças que queremos fazer e enfrentando o capital financeiro".

Cecy Marimon Gonçalves, representante da Intersul na mesa da cerimônia de lançamento das frente falou da decepção de não ver presente nenhum senador catarinense (estiveram no ato os deputados federais Pedro Uczai, Décio Lima, Celso Pansera e os deputados estaduais, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, Neodi Saretta, Pedro Baldissera e o vereador da capital Lino Peres). A sindicalista declarou que os trabalhadores têm a clara compreensão de que este é o golpe mais duro contra a classe trabalhadora no mundo inteiro, "um golpe sem tanques e que nos leva a entender isso como natural. Estado mínimo para o povo e máximo para o capital. A Eletrosul e a Eletrobras estão nesse cenário por causa da disputa pela energia. A Eletrosul é uma empresa de excelência, altamente eficiente e que garante energia limpa e renovável. A entrega destas empresa para estatais internacionais é explicada pelos privatistas como um combate à corrupção, mas não é vendendo patrimônio público que se combate a corrupção. É a Eletrosul que garante através do Luz para Todos energia aos menos favorecidos. Queremos saber qual estatal chinesa vai levar energia ao povo do interior? Este momento é muito difícil, mas é o que temos que viver e o faremos resistindo, avançando e nos conscientizando do valor do eletricitário".

Durante a cerimônia de lançamento das frentes foi lido o manifesto de sua criação que está sendo construído coletivamente e logo que estiver pronto será publicado nos meios de comunicação dos sindicatos.

Vitória!

O Projeto de Decreto Legislativo Nº 948, de 2001, que submete a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias a referendo popular, foi aprovado nesta terça-feira, 28, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. O texto será levado ao plenário da Câmara para votação.

Com parecer favorável, o relator Danilo Cabral (PSB-PE), destacou que "adequada à magnitude da questão, pois, em verdade, a privatização das empresas hidrelétricas, por refletir sobre a própria soberania nacional, merece ser decidido pelo titular originário da vontade política, o cidadão".

O deputado João Daniel (PT-SE) ressaltou que um governo sem voto do povo não pode vender uma empresa que vale mais de R$ 400 bilhões por 20 R$ bilhões.

Agora o PDC-948/01 vai para o Plenário da Câmara dos Deputados para ser votado, e isto provavelmente só irá ocorrer após o recesso de final de ano, ou seja após as férias de 2 meses dos deputados, ou seja talvez lá para o início de março de 2018.

Campanha arrecada verba para ações contra a privatização da Eletrosul

A Eletrosul e todo o sistema Eletrobras estão sofrendo um forte ataque de diversos setores com vistas à privatização, infelizmente contando com o apoio do próprio presidente da empresa e do Ministério de Minas e Energia que, de maneira absurda e sem qualquer consulta à sociedade, querem liquidar com as empresas e todo o seu patrimônio. Para contrapor o discurso mentiroso contra a Eletrobras que está sendo colocado para a sociedade, é necessário que realizemos uma ampla campanha de conscientização de modo a mostrar os riscos e prejuízos decorrentes da privatização da Eletrosul e Eletrobras.

Neste sentido, os trabalhadores da Eletrosul aprovaram em assembleias a criação de um fundo para realização de ações contra a privatização, como a contratação de Outdoors, Publicidade em ônibus, inserções em rádios, etc. Estabeleceu-se uma contribuição de R$400,00 (8 x R$50,00) de cada empregado, a ser descontada em folha de pagamento. A efetivação desta contribuição depende de autorização expressa e individual de cada um dos funcionários. Assim, solicitamos que você preencha e assine o documento que será enviado por e-mail, e o entregue a um de nossos dirigentes e representantes sindicais para que se possa efetivar a contribuição junto à direção da empresa.

Lembre-se: somente com sua colaboração e participação é que teremos força para barrar o processo de privatização de nossa empresa. É pela Eletrosul! É pela sua família! É por você!

ELOSAÚDE

Fim do Plano não está em discussão

Antes de qualquer coisa, é preciso ser dito de maneira clara e explícita: A Intersul não cogita qualquer negociação sobre a extinção do plano de saúde da Eletrosul. Não é segredo pra ninguém que a gestão da Eletrosul está determinada a promover a migração de todos os beneficiários para o Elosaúde. O que infelizmente já fez com os novos empregados admitidos em 2016, que tiveram que ingressar diretamente no plano Elosaúde, ao contrário do próprio presidente Eggers, que mesmo entrando na empresa após estes empregados, está usufruindo alegremente do plano Eletrosul.

Esta situação é objeto de ação da Intersul que corre na justiça, requerendo que estes empregados tenham o direito de optar pelo plano Eletrosul. Desde então os sindicatos da Intersul têm registrado em várias correspondências para a Eletrosul que alterações no Plano de Saúde não podem ser efetuadas sem negociação com as entidades sindicais. Apesar disso, a empresa vem internamente desenvolvendo ações que caminham no sentido de efetivar esta migração, inclusive com anúncio da extinção do plano aos credenciados, procedimento ilegal que agora tornou público por meio de comunicado divulgado aos empregados. Como geralmente ocorre nas ações desta diretoria, a emenda saiu pior que o soneto.

Em resposta aos questionamentos, os sindicatos que compõem a Intersul foram convidados para uma apresentação sobre as ações que estariam sendo tomadas pela empresa. Estiveram presentes o Diretor Administrativo, Jaime de Souza, acompanhado de Assessores e Gerentes da DA. Também convidados pela Eletrosul, estiveram presentes os Administradores da Elosaúde. Na apresentação, foi exposto um suposto "grande esforço" por parte da empresa em buscar a ampliação da rede Elosaúde, para que ela fique "o mais próxima possível" da atual rede do Plano Eletrosul. Ou seja, de imediato já está posta a precarização no atendimento. Após esta absurda introdução, deitou-se uma extensa e mirabolante sequência de gráficos e tabelas, onde a cada slide os números eram torcidos e retorcidos através da estratificação da rede de modo que, partindo de uma rede atual de mais de 2000 credenciados, a direção da empresa apresentasse sua "meta" de garantir que 86 (isso mesmo, 86!!), chamados de "estratégicos", atendam pela Elosaúde.

Um deboche diante dos trabalhadores! Além disso, foram apresentadas projeções "estimadas" sobre uma "possível" redução de custos que justificaria a migração. De claro nesta redução de custos, somente a informação de que a tabela de valores praticada pela Elosaúde é menor que a do plano Eletrosul, o que em caso de migração geraria, por óbvio, perda na qualidade e na abrangência na prestação de serviços e procedimentos. Diante de tudo isso, a Intersul reforça seu posicionamento de que os instrumentos normativos das relações de trabalho vigentes pactuados com os sindicatos, bem como a NG-018 que assegura a manutenção do Plano de Saúde administrado pela Eletrosul com a livre opção para os empregados migrarem para a Elosaúde e retornarem ao Plano da Eletrosul a qualquer momento, devem ser respeitados.

O plano de saúde da Eletrosul é um dos principais direitos dos trabalhadores, conquistado ao longo dos anos de luta e um dos poucos pontos de satisfação dos funcionários neste difícil momento que atravessamos.

Nenhuma alteração que possa trazer prejuízo será aceita pelos trabalhadores e só haverá disposição de negociação se esta apontar para a ampliação e melhoria, e não o contrário.

A direção pede paciência aos trabalhadores, pois estaria buscando o "melhor". Ao que os trabalhadores respondem: É "melhor" não mexer em nosso plano de Saúde!

Dia 5 tem greve geral nacional

As principais centrais sindicais do País (CUT, CSP-Conlutas, Nova Central, UGT, Força Sindical, CSB, Intersindical e CGTB) preparam nova greve geral para a próxima semana, dia 5 de dezembro. A data foi definida em função da votação da proposta de reforma da Previdência que está prevista para ocorrer na Câmara dos Deputados no dia 6.

Ao contrário do que vem anunciando a propaganda do governo em relação à reforma da Previdência, os privilégios não vão acabar. Isso porque as altas aposentadorias continuarão a existir como a dos próprios parlamentares. Por outro lado, os trabalhadores terão que trabalhar por mais tempo e receber menos. Isso porque para se aposentar com o salário base integral, homens e mulheres terão que contribuir por 40 anos, se a proposta for aprovada. Hoje, o tempo de contribuição para eles é de 35 anos e para elas, 30.

A proposta de reforma da Previdência vem casada com outras reformas, como a trabalhista, a terceirização irrestrita, as privatizações e a PEC que congelou investimentos na saúde e educação por 20 anos.

A agenda reformista do governo de Michel Temer é uma forma de aliviar o orçamento da União para direcionar os recursos de todo o povo brasileiro para o pagamento da dívida pública a banqueiros, assim como viabiliza a liberação de mais verbas de publicidade para a mídia e possibilita mais financiamentos a ruralistas e empresários.

Dirigentes da Intersul pa
do Setor Elétrico e os Impact
rial da Assembleia Legislativa
de, ocorreu também o lançar
Engenharia, Infraestrutura e
foi organizado pelo Deputad
reuniu parlamentares, autor
Segundo o Deputado, "O Es
bilizam o Estado, estão dim
serviço prestado por uma er
do serviço, e não o lucro."

Não perca
do Projet

Iniciamos a 23 edição do PROJ
na Eletrosul! As apresentações oc
de dezembro! Confira:

Dia 30/11 (quinta) – na EN
lheres, para além de tocar maraca
de superação de todas as formas
sofrem.)

Dia 01/12 (sexta) – na ENGI
ra dos Andes, com o espetáculo "U

Dia 04/12 (segunda) – na C

Dia 05/12 (terça) – CELESC
de pesquisa em danças e músicas
de Federal de Santa Catarina.)

Dia 06/12 (segunda) – ELE

rticiparam do seminário “Privatização
tos na Sociedade, realizado no Memo-
a, em Porto Alegre-RS. Na oportunida-
mento da Frente Parlamentar Mista da
Desenvolvimento Nacional. O evento
do Federal Assis Melo (PCdoB-RS) e
idades e lideranças do setor elétrico.
tado não é o problema. Quando invia-
inuindo a nossa condição de vida. O
mpresa pública visa a democratização

a 23° edição
o Meia Hora!!

JETO MEIA HORA ontem, 29 de novembro,
orrem sempre as 12h30min e vão até dia 06

IGIE -Grupo Baque Mulher (que reúne mu-
atu, fortalecer, empoderar, unir e criar meios
de violência, opressão e discriminação que

E - Grupo Tribo Colibri (advindo da Cordilhei-
Uma Pintura Musical Latinoamericana)

CELESC SEDE - Grupo Tribo Colibri

C SEDE - Grupo Abayomi (é um grupo aberto
de matrizes africanas dentro da Universida-

TROSUL SEDE - Grupo Tribo Colibri

ENGIE

Uma rodada de negociação em dois tempos

Primeiro Tempo: Proposta “Final” da ENGIE

Aconteceu na tarde da última sexta-feira, 24/11, mais uma rodada de negociação do ACT 2017/18 entre a INTERSUL e a comissão de negociação da ENGIE

Na reunião a empresa apresentou à INTERSUL a sua proposta dita como “final”, a mesma que já havia feito para a INTERSINDICAL na reunião que ocorreu na manhã do dia 24.

A proposta apresentada pela ENGIE “desatou” os principais nós das cláusulas sociais, por exemplo, a questão dos aposentados por Invalidez e a garantia de discussão com os sindicatos de qualquer alteração das normas internas oriundas de acordos coletivos, uma questão importante para todos/as os/as empregados, principalmente para aqueles/as lotados/as nas usinas térmicas que estão em processo de venda.

Ressaltamos o importante avanço em relação a manutenção do Plano de Saúde dos dependentes por um ano, no caso de falecimento do/a empregado/a. Bem como a concessão do Seguro Fiança para aluguel de imóvel para até 2 (dois) anos, nos casos de transferência.

A proposta “final” apresentada pela empresa para as cláusulas econômicas de 2% para o reajuste salarial; elevação do valor do Vale alimentação para R$ 56,00; aumento da parcela de adiantamento da PLR para R$ 1.750,00 e 01 bloco de vale extra, foi considerada pela INTERSUL ainda insuficiente para ser levada para deliberação nas assembleias.

Os dirigentes da INTERSUL argumentaram a necessidade de melhorar toda a proposta, principalmente em relação à concessão de mais um vale extra.

A empresa solicitou uma pausa para analisar as argumentações da INTERSUL e a reunião foi interrompida.

Segundo Tempo: Uma nova proposta “Final” da ENGIE

Após o intervalo a empresa apresentou uma nova proposta econômica aceitando parcialmente os argumentos da INTERSUL, apresentando mais um bloco de vale extra a ser creditado ainda no mês de dezembro/2017.

Os dirigentes da INTERSUL solicitaram um intervalo para avaliar a nova proposta.

No retorno à mesa de negociação a INTERSUL informou à comissão da ENGIE que considerando o avanço em relação aos vales extras, concordava em levar a proposta para ser avaliada pelos/as empregados/as.

FIQUE ATENTO: Em breve estaremos divulgando as datas e locais das assembleias.

Participe das assembleias e tire suas dúvidas.

Celesc muda normativa sobre segurança

Recebemos uma denúncia de que um pedido de ligação de um prédio em São José foi considerado irregular após vistoria dos técnicos que fizeram o devido atendimento. Entre as irregularidades verificadas pelos profissionais da Celesc, destaca-se a disposição dos medidores de energia no quadro de medição, que deveriam seguir a ordem crescente, iniciando pelo medidor do condomínio e com visor na parte superior do lado esquerdo para a direita, conforme constava no próprio projeto apresentado pelo prédio. Tal observação feita pelos técnicos da Celesc está totalmente de acordo com a Norma vigente NT-03, no subitem 6.7.1.b, onde diz que: “*...as tampas do quadro para medidores, deverão ser marcadas externamente com o número do apartamento ou sala comercial, de forma a identifica-las com as respectivas unidades consumidoras, em ordem sequencial da esquerda para a direita e de cima para baixo...”.*

Porém, este episódio não passaria de uma simples rotina dos nossos trabalhadores, se algo de muito estranho não acontecesse após esta vistoria. Acontece que surgiu uma Resolução da Diretoria de Distribuição (079/2017), 1 mês após o pedido de ligação deste prédio, onde o Diretor, sob a alegação da *“necessidade de disciplinar a disposição das caixas de medição dentro dos quadros de medição coletiva “,* resolve por meio desta , alterar o subitem 6.7.1.b da Norma NT-03 edição 1997, tornando “ *Desnecessário que a posição nas caixas nos quadros de medição coletivo sigam rigorosamente a identificação sequencial da esquerda para direita e de cima para baixo ...*”.

A preocupação dos trabalhadores quanto a esta alteração da norma, é com a própria segurança deles quando no exercício de suas funções, seja para a ligação dos novos medidores, cortes, manutenção em casos de emergências e até para os leituristas . É um absurdo que alguém em sã consciência, e com a alegação de querer “Disciplinar” uma Normativa, promove a legalização de se poder fazer uma verdadeira salada de frutas dentro dos Quadros de medição coletivos. Aonde fica a segurança dos trabalhadores que deverão ter acesso aos futuros quadros de medição?

Com a palavra o Diretor de Distribuição e o Diretor Comercial, pois esta mudança de Normativa assinada pela DDI, tem seu efeito diretamente ligado a DCL.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Estagiário: Rubens Lopes. Conselho Editorial:Amilca Colombo. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

SC lídera em taxa de estupro

No índice de estupros consumados - considerando os atos libidinosos e atentados violentos ao pudor, além da conjunção carnal-, a elevação no Estado é de 12,1% entre 2015 e 2016, com 44,6 casos para cada 100 mil pessoas. Esse é o quinto pior índice do país atrás do Mato Grosso do Sul (54,4), Amapá (49,2), Mato Grosso (48,8) e Roraima (45,5). Florianópolis apresenta a maior taxa do país entre as capitais em casos de estupros consumados, com aumento de 111 casos em 2015 para 176 ocorrências em 2016, uma elevação de 55,9%, bem acima da média nacional, que foi de 1,5%.

Se tormarmos por base os casos que chegam ao conhecimento das autoridades, a cada dez minutos uma mulher sofre estupro, lesão corporal, ameaça, feminicídio ou outro tipo de violência. No entanto, os números podem nos revelar apenas uma fração da realidade. Com exceção do feminicídio, nem todos os demais casos de violência contra a mulher chegam ao conhecimento dos órgãos de controle, seja por medo de mais represálias, por não acreditar na Justiça ou por não querer se expor em uma delegacia. Nos registros por município, Florianópolis está no topo da lista da violência contra a mulher no Estado, com 1.860 casos relatados à polícia, resultando em 1.919 vítimas, sendo a maioria por crime de ameaça (797), lesão corporal (560) e estupro (86). Para a coordenadora das Delegacias de Proteção à Mulher de Santa Catarina, delegada Patrícia Zimmermann D'Ávila, a redução dos índices de violência contra a mulher só são possíveis diante de uma transformação cultural: "Ainda hoje as famílias não discutem questão de gênero com os filhos. Nas escolas, o assunto ainda é polêmico e se confunde questão de gênero com orientação sexual. E não é isso, é ensinar o respeito com a pessoa do outro sexo", afirma. "Imagina a menina que cresce vendo a mãe apanhando do pai, quando ela crescer e sofrer o mesmo do companheiro vai achar que é algo normal, e não é", emenda.

Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. São crimes que ocorrem geralmente na intimidade dos relacionamentos e com frequência caracterizam-se por formas extremas de violência e barbárie.

São crimes cujo impacto é silenciado, praticados sem distinção de lugar, de cultura, de raça ou de classe, além de serem a expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. Cometidos por homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas.

O feminicídio representa a última etapa de um continuum de violência que leva à morte. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural que subordina a mulher e que foi aprendido ao longo de gerações, trata-se, portanto, de parte de um sistema de dominação patriarcal e misógino.